



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2017

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Um esforço comum é necessário à construção de ideais.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

O filósofo Theodor Adorno (1903-1969) afirma que, no capitalismo tardio, “a tradicional dicotomia entre trabalho e lazer tende a se tornar cada vez mais reduzida e as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo”. Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.

Nossa época dispõe de uma tecnologia que, além de acelerar a comunicação entre as pessoas e os processos de aquisição, processamento e produção de informação, permite automatizar grande parte das tarefas. Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo. O tempo livre parece ter encolhido. Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho, ou melhor, do desempenho, inclusive nos joguinhos eletrônicos, que alguns supõem substituir “velharias”, como a poesia.

T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que “um poeta deve estudar tanto quanto não prejudique sua necessária receptividade e necessária preguiça”. E Paul Valéry fala sobre uma ausência sem preço durante a qual os elementos mais delicados da vida se renovam e, de algum modo, o ser se lava das obrigações pendentes, das expectativas à espreita... Uma espécie de vacuidade benéfica que devolve ao espírito sua liberdade própria.

Isso me remete à minha experiência pessoal. Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique e o texto ficará pronto, cedo ou tarde. Não é assim com a poesia. Sendo produto do trabalho e da preguiça, não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema, como há para a produção de uma mercadoria. Bandeira conta, por exemplo, que demorou anos para terminar o poema “Vou-me embora pra Pasárgada”.

Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma. Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora. E tanto pode resultar num poema quanto em nada.

Assim, numa época em que “tempo é dinheiro”, a poesia se compraz em esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema. Mas o poema em que a poesia esbanjou o tempo do poeta é aquele que também dissipará o tempo do leitor, que se deleita ao flunar por linhas que mereçam uma leitura por um lado vagarosa, por outro, ligeira; por um lado reflexiva, por outro, intuitiva. É por essa temporalidade concreta, que se manifesta como uma preguiça fecunda, que se mede a grandeza de um poema.

(Adaptado de: CÍCERO, Antonio. **A poesia e a crítica: Ensaio**. Companhia das Letras, 2017, edição digital)

1. Depreende-se do texto que a tradicional *dicotomia entre trabalho e lazer* (1º parágrafo), apontada por Adorno,
 - (A) é reforçada pelo capitalismo tardio, cuja ideia de que “tempo é dinheiro” resulta na depreciação das atividades lúdicas que demandam maior dedicação, como a poesia.
 - (B) está circunscrita a um determinado momento histórico em que a exigência de dedicação ao trabalho impedia que a classe dos trabalhadores usufruísse de atividades culturais nos momentos de folga.
 - (C) causou a desvalorização de certas atividades mais lentas, como a feitura de poemas, que chegam a levar anos para serem concluídos, em prol de outras mais dinâmicas, como os jogos eletrônicos.
 - (D) pressupõe que, na era cibernética, diversas atividades, como a comunicação e a captação de informações, estão mais velozes, proporcionando mais tempo de entretenimento para o indivíduo.
 - (E) deu lugar à falta de tempo livre até mesmo nos momentos destinados ao descanso ou ao entretenimento, fenômeno que, apesar dos avanços da tecnologia, ainda se observa nos dias atuais.
2. O segmento em que há uso de expressão irônica, dizendo-se o oposto do que se quer dar a entender no contexto, encontra-se sublinhado em:
 - (A) as ‘atividades de lazer’ tomam cada vez mais do tempo livre do indivíduo (1º parágrafo)
 - (B) E tanto pode resultar num poema quanto em nada (5º parágrafo)
 - (C) que se manifesta como uma preguiça fecunda (último parágrafo)
 - (D) numa época em que “tempo é dinheiro” (último parágrafo)
 - (E) e o texto ficará pronto, cedo ou tarde (4º parágrafo)



3. O segmento em que se introduz uma restrição em relação ao que se afirmou antes está em:

- (A) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio...* (4º parágrafo)
- (C) *Contudo, quase todo mundo se queixa de não ter tempo.* (2º parágrafo)
- (D) *... que se manifesta como uma preguiça fecunda* (último parágrafo)
- (E) *... não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema...* (4º parágrafo)

4. Considere as afirmações abaixo.

- I. A teoria de que o poeta não deve prejudicar sua *necessária preguiça*, proposta por T.S. Eliot (3º parágrafo), é corroborada pelo autor do texto, por meio de sua própria experiência pessoal.
- II. Ainda que certas atividades, como a feitura de um poema, demandem tempo ocioso, o autor do texto censura o cultivo de uma necessária preguiça, a partir da premissa de que o tempo é escasso e valioso na atualidade.
- III. Para o autor, a falta de tempo livre de que a maioria se queixa deve-se ao fato de que, mesmo nos momentos destinados a atividades de lazer, estamos submetidos à dinâmica do desempenho.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II.

5. Considerando-se o contexto, a *vacuidade benéfica* (3º parágrafo) apontada por Paul Valéry assemelha-se, pelo sentido, a:

- (A) *tempo de trabalho normal.* (4º parágrafo)
- (B) *produção de uma mercadoria.* (4º parágrafo)
- (C) *uma ausência sem preço.* (3º parágrafo)
- (D) *processamento e produção de informação.* (2º parágrafo)
- (E) *expectativas à espreita.* (3º parágrafo)

6. *Se não temos mais tempo livre, é porque praticamente todo o nosso tempo está preso. Preso a quê? Ao princípio do trabalho...* (2º parágrafo)

Respeitando-se a correção e a clareza, uma redação alternativa para o segmento acima está em:

- (A) Posto que, praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho, não dispomos mais o tempo livre.
- (B) A quê nosso tempo está preso? Ao princípio do trabalho, por isso não temos mais praticamente nenhum tempo livre.
- (C) As pessoas não tem mais tempo livre, pois praticamente todo o tempo delas está preso: ao princípio do trabalho.
- (D) Compreende-se nossa falta de tempo livre quando se observa que praticamente todo o nosso tempo está preso ao princípio do trabalho.
- (E) Como praticamente todo o nosso tempo, encontra-se preso ao princípio do trabalho, isso explica o motivo porque não temos mais tempo livre.

7. Mantendo-se a correção, a supressão da vírgula altera o sentido do segmento que está em:

- (A) *Evidentemente, isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma.* (5º parágrafo)
- (B) *Se eu quiser escrever um ensaio, basta que me aplique...* (4º parágrafo)
- (C) *... esbanjar o tempo do poeta, que navega ao sabor do poema.* (último parágrafo)
- (D) *... numa época em que "tempo é dinheiro", a poesia se compraz..* (último parágrafo)
- (E) *Paradoxalmente, a revolução cibernética de hoje diminuiu ainda mais o tempo livre.* (1º parágrafo)



8. *que alguns supõem substituir "velharias" (2º parágrafo)*

No contexto, o termo sublinhado acima exerce a mesma função sintática que o sublinhado em:

- (A) *Mas o trabalho do poeta é muitas vezes invisível (5º parágrafo)*
- (B) *permite automatizar grande parte das tarefas (2º parágrafo)*
- (C) *T.S. Eliot, um dos grandes poetas do século XX, afirma que (3º parágrafo)*
- (D) *não há tempo de trabalho normal para a feitura de um poema (4º parágrafo)*
- (E) *O tempo livre parece ter encolhido (2º parágrafo)*

9. Substituindo-se o segmento sublinhado pelo que está entre parênteses, sem que nenhuma outra modificação seja feita, a frase que permanece correta está em:

- (A) *o ser se lava das obrigações pendentes (as pessoas)*
- (B) *quase todo mundo se queixa de não ter tempo (a maioria das pessoas)*
- (C) *a poesia esbanjou o tempo do poeta (os efeitos poéticos)*
- (D) *isso não significa que o poeta não faça coisa nenhuma (tais fatos)*
- (E) *o trabalho do poeta é muitas vezes invisível para quem o observa de fora (aqueles que)*

10. *Numa visita ao Brasil, pouco depois de sair do Governo da Espanha, Felipe Gonzalez foi questionado sobre o que gostaria de ter feito e não conseguiu. Depois de pensar alguns minutos, disse lamentar que, apesar de avanços importantes em educação, os jovens ainda se formavam e queriam saber o que o Estado faria por eles.*

(COSTIN, Claudia. Disponível em: folha.uol.com.br)

Transpondo-se para o **discurso direto** a fala atribuída a Felipe Gonzalez, obtêm-se as seguintes formas verbais:

- (A) Lamento – formem – queiram
- (B) Lamento – formem – querem
- (C) Lamentei – formaram – queriam
- (D) Lamentou – vão se formar – irão querer
- (E) Lamento – tinham se formado – quiseram

Noções de Direito Administrativo

11. A demissão de um servidor foi aplicada em sede de processo administrativo, após término da instrução e garantida a ampla defesa e o contraditório para o funcionário. Não obstante, após a aplicação da pena, o servidor ajuizou ação judicial pleiteando a anulação da decisão, sob alegação de que haveria documentação inverídica juntada ao processo, porque teria sido produzida especificamente para viabilizar a condenação do servidor. A Administração pública, diante da existência da ação ainda não julgada

- (A) *deverá aguardar a decisão judicial, que poderá rever o processo disciplinar para syndicar sua legalidade, bem como a adequação da apreciação de provas.*
- (B) *poderá lançar mão do poder de revisão de seus atos administrativos, de modo que constatada a ilegalidade apontada, poderá revogar a decisão proferida ou mitigar a penalidade, com a desconsideração da prova.*
- (C) *poderá exercer seu poder de revisão para anular a demissão de servidor caso verifique, em procedimento próprio, a ilegalidade apontada, não dependendo do proferimento da decisão judicial para tanto.*
- (D) *deverá suspender a penalidade em razão do ajuizamento da ação, que poderá determinar a reintegração do servidor diante da decisão de anulação ou revogação da decisão.*
- (E) *poderá decidir pela reintegração do servidor, produzindo efeitos a partir da decisão que anula a demissão, passando o servidor a ocupar novo cargo, ainda que com aproveitamento de benefícios anteriores.*

12. Numa licitação processada sob a modalidade de pregão, a classificação das propostas, ato que identifica o autor da melhor oferta,

- (A) *tem natureza de direito subjetivo, na medida em que confere ao licitante classificado em primeiro lugar o direito de exigir sua declaração como vencedor, com a conseqüente adjudicação do objeto e assinatura do contrato.*
- (B) *possui natureza de ato administrativo passível de ser revogável pela Administração no caso de superveniente identificação do não preenchimento dos requisitos técnicos de habilitação.*
- (C) *enseja processamento da fase de habilitação, para crivo do preenchimento dos requisitos pelo licitante classificado em primeiro lugar, após a qual caberá ao pregoeiro avaliar se a proposta atende aos critérios de conveniência e oportunidade.*
- (D) *demand a manifestação do pregoeiro quanto a sua aceitabilidade, não obstante já se saiba o objeto e valor, para então passar a fase de habilitação.*
- (E) *obriga o pregoeiro negociar com o licitante a redução da referida proposta, sob pena de desclassificação e oferta das mesmas condições ao segundo classificado.*



13. As alterações passíveis de serem implementadas nos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993
- (A) dependem do consenso entre as partes para viabilizar majorações que superem 25% do valor inicial.
 - (B) implicam o reequilíbrio econômico-financeiro sempre que causarem alteração de objeto.
 - (C) podem ser feitas unilateralmente pelas partes, para redução ou majoração até o limite de 25% sem a necessária alteração do valor do contrato.
 - (D) podem ser feitas pelo poder público como prerrogativa unilateral, não sendo necessária concordância da contratada na hipótese, por exemplo, de supressão ou majoração até o limite de 25%.
 - (E) podem facultar às partes a denúncia do contrato, para rescindi-lo unilateralmente, caso o equilíbrio da equação econômico-financeira não seja restabelecido.

Atos Normativos

14. Nos termos da Resolução nº 147/2011 que institui o Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, considere:
- I. O Código de Conduta do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus integrará todos os contratos de estágio, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores, não integrando, porém, os contratos de prestação de serviços.
 - II. O Conselho e a Justiça Federal de primeiro e segundo graus não serão tolerantes com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, excetuando-se os atos que caracterizem proselitismo partidário.
 - III. Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II.

15. De acordo com a Resolução nº 147/2011 do Conselho da Justiça Federal, com relação as informações à Imprensa, os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos,
- (A) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, não podendo ser porta-voz autorizado por qualquer outro órgão do Poder Judiciário.
 - (B) exclusivamente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, Tribunais Regionais Federais e seções judiciárias, conforme o caso.
 - (C) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho e Tribunais Regionais Federais, sendo permitido excepcionalmente, porta-vozes autorizados por autoridades do Poder Executivo.
 - (D) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes locais designados pelos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - (E) preferencialmente, por porta-vozes autorizados pelo Conselho, sendo permitido porta-vozes autorizados pelo Supremo Tribunal Federal.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

16. De acordo com a Lei nº 10.098/2000, os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem. Neste caso, o sinal sonoro que esses semáforos devem emitir será
- (A) suave, intermitente e sem estridência.
 - (B) forte, intermitente e estridente.
 - (C) suave, contínuo e sem estridência.
 - (D) forte, contínuo e estridente.
 - (E) forte, contínuo e sem estridência.



17. Considere:

- I. Associação constituída há dez meses, nos termos da lei civil.
- II. Sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
- III. Defensoria Pública.

Segundo a Lei nº 7.853/1989, as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, bem como pela(s) entidade(s) indicada(s) em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

18. Cintia é pessoa com deficiência e pretende inscrever-se no programa público habitacional Z visando a obtenção de um apartamento para residir com sua filha, Camila, de 20 anos de idade. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, o programa habitacional público Z

- (A) deverá reservar, no mínimo, 5% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.
- (B) deverá reservar, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.
- (C) não possui obrigatoriedade de reserva de unidades habitacionais para pessoa com deficiência, devendo Cintia ingressar normalmente nas regras do edital para participação no referido programa.
- (D) deverá reservar, no mínimo, 5% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido quantas vezes for necessário, sem limitação do exercício deste direito.
- (E) deverá reservar, no mínimo, 7% das unidades habitacionais para pessoa com deficiência, sendo que Cintia terá direito a essa prioridade reconhecido apenas uma vez.

Noções de Sustentabilidade

19. Para fins específicos da Resolução do CNJ nº 201/2015, *critérios de sustentabilidade* são

- (A) processos de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considere o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado.
- (B) ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário.
- (C) ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e o aperfeiçoamento contínuo na gestão dos processos de trabalho.
- (D) operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação, mediante o uso razoável de critérios de responsabilidade ambiental.
- (E) métodos utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

20. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, as pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos. Este cadastro será coordenado pelo órgão federal competente do Sistema Nacional

- (A) do Meio Ambiente – SISNAMA e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.
- (B) de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.
- (C) do Meio Ambiente – SISNAMA e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.
- (D) de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.
- (E) de Vigilância Sanitária – SNVS e implantado de forma setorizada pelas autoridades estaduais e municipais, tratando-se de setores regionalizados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Kleber é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Jaime é advogado de notável saber jurídico e idoneidade moral, e tem mais de dez anos de efetiva atividade profissional. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, para compor o Tribunal Superior Eleitoral
- (A) estão habilitados Kleber e Jaime, podendo, porém, ser eleito Corregedor Eleitoral apenas Kleber.
 - (B) está habilitado apenas Kleber, podendo também ser eleito Corregedor Eleitoral.
 - (C) está habilitado apenas Jaime, podendo também ser eleito Corregedor Eleitoral.
 - (D) estão habilitados Kleber e Jaime, podendo, porém, ser eleito Presidente do Tribunal Superior Eleitoral apenas Jaime.
 - (E) está habilitado apenas Kleber, podendo também ser eleito Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
-
22. À luz dos princípios gerais da atividade econômica na Constituição Federal,
- (A) poderão ser autorizados sob regime de permissão a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização constituem monopólio da União.
 - (B) a pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica somente poderão ser efetuados mediante concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa estrangeira, independentemente do país em que se localize sua sede e administração, desde que tenha sido constituída sob as leis brasileiras, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.
 - (C) a autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões de exploração de jazidas e demais recursos minerais, bem como de potenciais de energia hidráulica, poderão ser cedidas ou transferidas totalmente, com prévia anuência do poder concedente, ou parcialmente, sem a necessidade da referida anuência.
 - (D) o aproveitamento do potencial de energia renovável, mesmo que seja de capacidade reduzida, dependerá de autorização ou concessão.
 - (E) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- Via @carla_gabola
-
23. Adamastor, advogado, pretende ingressar com medida destinada à proteção de direito líquido e certo à retificação de dados a seu respeito constantes dos arquivos de repartição pública federal. Sabendo-se que Adamastor não tem condições de pagar custas processuais sem prejuízo do sustento de sua família, pode-se afirmar que para a retificação desejada deverá ingressar com
- (A) *habeas data*, sem que necessite pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor, já que, consoante a Constituição Federal, o *habeas data*, o mandado de injunção e o *habeas corpus* são ações gratuitas.
 - (B) mandado de segurança e pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
 - (C) *habeas data* e pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
 - (D) *habeas corpus*, se se tratar de dados pertinentes à vida pregressa na esfera criminal, pleiteando os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
 - (E) *habeas data*, sem que necessite pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor, já que, consoante a Constituição Federal, o *habeas data* e o *habeas corpus* são ações gratuitas.
-
24. Fernando, um dos fundadores do partido político "Força e Fé", deseja fundi-lo ao partido político "Força e Crença", cuja proposta programática é complementar à sua. Visa, ainda, buscar novas fontes de financiamento da atividade partidária, cogitando, para tanto, contar com o apoio de entidade ou governo estrangeiros. Em conformidade com a Constituição Federal, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana, a
- (A) referida fusão é livre, sendo proibido, contudo, o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.
 - (B) referida fusão é livre, sendo permitido, ainda, o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, bem como a subordinação a este, desde que respeitada a legislação pátria.
 - (C) criação, a incorporação e a extinção de partidos políticos são livres, mas é proibida a referida fusão, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade estrangeira, embora proibida a subordinação a esta.
 - (D) criação e a extinção de partidos políticos são livres, mas são proibidas a referida fusão ou a incorporação, sendo ainda proibido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou a subordinação a estes.
 - (E) referida fusão é livre, sendo permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, mas proibido o de entidades estrangeiras, assim como a subordinação a estas.
- Via @carla_gabola



25. Fiona e Gael são irmãos, filhos de pai e mãe estrangeiros que há muitos anos fixaram residência no Brasil. Fiona é a primogênita, sete anos mais velha que o irmão, nasceu em Portugal, mas se naturalizou brasileira; Gael, o caçula, nasceu em terras brasileiras. No dia de seu aniversário de 30 anos, Gael anunciou seu desejo de candidatar-se ao cargo de Presidente da República, nas eleições de 2018, e de ter sua irmã como Vice. Fiona, entretanto, disse que pretende candidatar-se a Governadora do Estado em que residem. Considerando apenas as informações fornecidas, presentes os demais requisitos, à luz da Constituição Federal, Gael
- (A) poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao de Vice-Presidente da República, mas poderá candidatar-se ao de Governadora do Estado.
 - (B) não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona poderá candidatar-se tanto ao cargo de Vice-Presidente da República quanto ao de Governadora do Estado.
 - (C) não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República, tampouco ao de Governadora do Estado.
 - (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República, mas poderá candidatar-se ao de Governadora do Estado.
 - (E) poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona poderá candidatar-se tanto ao cargo de Vice-Presidente da República quanto ao de Governadora do Estado.
-
26. Ao disciplinar a organização político-administrativa da República brasileira, a Constituição Federal estabelece que a União
- (A) não intervirá, jamais, nos Estados, já que adota o princípio da não intervenção.
 - (B) não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto, dentre outras hipóteses expressamente previstas, para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
 - (C) intervirá nos Estados sempre que entender necessária sua intervenção, o que se fará por meio de decreto do Presidente da República, que somente poderá ser editado mediante prévia autorização do Senado Federal e referendo do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) intervirá nos Estados e no Distrito Federal para garantir o livre exercício dos Poderes Executivo e Legislativo, sendo proibida, contudo, sua intervenção no Poder Judiciário, já que a este é atribuída a função de administração da Justiça na sociedade.
 - (E) está autorizada a intervir nos Municípios dos Estados e do Distrito Federal quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada.
-
27. Considere as afirmações abaixo sobre o patrimônio cultural brasileiro.
- I. Os modos de criar, fazer e viver, bem como as formas de expressão, portadores de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constituem patrimônio cultural brasileiro.
 - II. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
 - III. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
 - IV. As edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais não constituem patrimônio cultural brasileiro.
- À luz da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, III e IV.
-
28. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque no ano de 2007, foi aprovada em 2008, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por quóruns superiores a três quintos dos votos dos respectivos membros em cada turno de votação, tendo sido no ano seguinte promulgada por Decreto do Presidente da República. À luz do disposto na Constituição Federal, considerando tratar-se de convenção internacional sobre direitos humanos, referido ato normativo é equivalente à
- (A) lei ordinária, pois tratados e convenções internacionais, independentemente de seu conteúdo, possuem esse status a partir do momento em que são promulgados no Brasil.
 - (B) emenda constitucional, tendo em vista o procedimento observado para sua aprovação no Congresso Nacional.
 - (C) lei complementar, pois tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos, que complementam a Constituição Federal, possuem esse status, a partir do momento em que são ratificados pelo Brasil.
 - (D) emenda constitucional, pois os tratados e convenções internacionais, independentemente de seu conteúdo, possuem esse status.
 - (E) emenda constitucional, pois os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos possuem esse status, independentemente do procedimento de aprovação adotado no Congresso Nacional.



29. A Constituição Federal consagra hipóteses de aquisição de propriedade urbana e rural por usucapião, estabelecendo que, para a usucapião de área de terra em zona rural,
- (A) tanto quanto para a usucapião de área urbana, a posse deve ser exercida sem oposição pelo prazo de cinco anos ininterruptos.
 - (B) o possuidor só não pode ser proprietário de outro imóvel rural, ao passo que, para a usucapião de área urbana, o possuidor só não pode ser proprietário de outro imóvel urbano.
 - (C) exige-se que o possuidor a torne produtiva por seu trabalho ou de sua família, não sendo necessário que tenha nela sua moradia, ao passo que, para a usucapião de área urbana, esta deve constituir a moradia do possuidor ou de sua família, não sendo necessário torná-la produtiva.
 - (D) o imóvel usucapiendo não pode ser superior a cinquenta alqueires, ao passo que, para a usucapião de área urbana, esta não deve ser superior a duzentos e cinquenta metros quadrados.
 - (E) o possuidor deve ter como sua a área, o que não se exige na usucapião de área urbana.
-
30. Dentre as funções essenciais à Justiça, inclui-se a Advocacia Pública, a respeito da qual, a Constituição Federal estabelece que
- (A) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.
 - (B) a Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
 - (C) os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil apenas na fase da prova oral que consiste na arguição pública dos candidatos a ela admitidos, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
 - (D) aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.
 - (E) a representação da União, na execução da dívida ativa de natureza tributária, cabe à Procuradoria-Geral da República, observado o disposto em lei.

Noções de Direito Administrativo

31. Breno, servidor público ocupante de cargo efetivo, viajou à Fortaleza a trabalho por alguns dias. Com a proximidade do fim de semana, adiou o retorno para seu domicílio, permanecendo na cidade por mais dois dias, que custeou pessoalmente no mesmo local de hospedagem em que já estava. De volta ao trabalho, pleiteou o recebimento de diárias por todo o período ausente de seu local de classificação, como forma de ressarcimento pelas despesas de hospedagem e alimentação. A conduta do servidor
- (A) é condizente com seus direitos e obrigações, na medida em que tem direito ao recebimento de algumas vantagens além dos vencimentos, tendo as diárias natureza jurídica indenizatória pelas despesas incorridas.
 - (B) viola os direitos legalmente previstos na Lei nº 8.112/1990, na medida em que não obteve prévia autorização para permanecer na cidade de deslocamento por mais dois dias, com direito a diárias.
 - (C) pode configurar ato de improbidade, na medida em que intencionalmente buscou indenização por despesas que não se consubstanciam em fundamento para recebimento de diárias, devidas apenas para os dias em que estivesse em serviço.
 - (D) configura infração disciplinar e civil, esta sob a modalidade de ato de improbidade, processando-se as responsabilidades de forma subsequente, iniciando-se pelo processo administrativo que poderá ensejar a extinção do vínculo funcional, com a aplicação de penalidade de demissão, o que impedirá a condenação por improbidade.
 - (E) pode ser compatível com a legislação vigente, desde que o servidor demonstre que as despesas de hospedagem e alimentação no período equivalem ou superam o montante pleiteado a título de diárias, para que não reste configurado enriquecimento ilícito.
-
32. A realização de um evento comemorativo no parque municipal, durante um final de semana, com diversas atividades esportivas comandadas por professores especializados e franqueadas gratuitamente à população, organizado por uma entidade sem fins lucrativos, poderá ser implementada pela Municipalidade local mediante
- (A) contratação direta, com dispensa de licitação, por se tratar de pessoa jurídica sem fins lucrativos.
 - (B) outorga de concessão de serviço público, para prestação das atividades indicadas à população local.
 - (C) outorga de permissão de uso em favor da entidade, para que realize na área pública as atividades que beneficiam e interessam a toda a comunidade.
 - (D) contratação de permissão de uso com a entidade, para que os serviços sejam prestados, fixando-se em favor da mesma remuneração no valor equivalente aos custos para realização do evento.
 - (E) edição de ato de concessão de uso, possibilitando a cobrança de entrada no parque, ainda que as atividades esportivas não dependam de pagamento específico pelos usuários.

33. A Administração pública desempenha suas atividades por meio dos diversos órgãos instituídos para essa finalidade, sendo também forma de distribuição de competências a
- (A) desconcentração, que pressupõe a criação de pessoas jurídicas com competências próprias, que passam a integrar a chamada Administração indireta.
 - (B) descentralização, por meio da qual os órgãos administrativos se compõem, constituindo pessoas jurídicas com personalidade jurídica de direito público, para que possam prestar, de forma autônoma, as diversas atribuições estatais.
 - (C) instituição de pessoas jurídicas, com personalidade jurídica de direito público, que compõem a chamada Administração indireta, tais como autarquias, sociedades de economia mista, consórcios públicos e fundações.
 - (D) instituição de pessoas jurídicas de direito público, como autarquias, bem como de direito público privado, como empresas públicas e sociedades de economia mista, como expressão da descentralização.
 - (E) nomeação de servidores e empregados para funções de confiança, em substituição aos agentes públicos originalmente eleitos para as funções administrativas.
-
34. Um prefeito editou ato administrativo afetando um determinado terreno de propriedade do município que governa para integrar um espaço cultural criado pela União nos limites daquela urbe. Posteriormente foi apurado que o espaço cultural em questão não havia sido efetivamente criado, razão pela qual
- (A) o ato de afetação se mostrou viciado, com base na teoria dos motivos determinantes, diante da inexistência do pressuposto fático para sua edição, qual seja, a existência do espaço cultural.
 - (B) caberia à municipalidade instituir a área cultural, tendo em vista que o ato administrativo que afetou o terreno já havia sido editado e não poderia ser revogado.
 - (C) haveria vício de finalidade no ato de afetação, posto que inexistente o fundamento jurídico para sua edição.
 - (D) diante da inexistência de motivação, o ato administrativo que afetou o terreno municipal ao espaço cultural é nulo, não podendo, em consequência, produzir qualquer efeito.
 - (E) mostra-se necessária a desafetação da área, por lei ou por medida judicial, posto que o ato não apresenta qualquer vício ou irregularidade, ficando destinado ao espaço cultural quando esse vier a ser criado.
-
35. Titularidade e execução de serviços públicos são conceitos que podem ou não estar vinculados à mesma pessoa, porque
- (A) tanto a titularidade, quanto a execução dos serviços públicos devem ser expressamente delegadas à iniciativa privada quando o Poder Público pretender prover referidas utilidades de forma indireta.
 - (B) a titularidade dos serviços públicos demanda delegação expressa na lei que autoriza a execução daqueles pela iniciativa privada, seja por meio de concessão ou por permissão de serviços públicos.
 - (C) a concessão de serviços públicos transfere a titularidade do serviço para o concessionário, que gozará de proteção inerente ao regime jurídico da prestação do serviço enquanto perdurar a relação jurídica.
 - (D) a titularidade do serviço público remanesce com o ente federado assim competente, sendo-lhe permitido delegar à iniciativa privada a execução das referidas utilidades.
 - (E) somente os consórcios podem reunir titularidade e execução de serviços públicos no que concerne aos entes que integram a Administração indireta, tendo em vista que às autarquias e empresas estatais podem ser atribuídos um ou outro conceito, alternativamente.
-
36. Um contrato de fornecimento de alimentação (mais conhecido como fornecimento de quentinhas) para unidades escolares e unidades prisionais, celebrado com dispensa de licitação e com base na Lei nº 8.666/1993, será extinto quando
- (A) houver decorrido o prazo contratualmente previsto para tanto, sendo vedada a rescisão antecipada, salvo se por vontade das partes.
 - (B) a Administração pública não reputar mais conveniente ou oportuno que os serviços sejam prestados da forma em que originalmente contratados, não cabendo indenização em favor do contratado.
 - (C) qualquer das partes, na vigência do referido contrato, entender por denunciar a avença, concedendo à outra parte o prazo de 30 dias para se manifestar sobre o interesse na continuidade do instrumento.
 - (D) restar comprovado que os preços praticados para o fornecimento estão acima dos então cobrados pelo mercado privado e desde que a conduta do fornecedor seja dolosa.
 - (E) advier o termo final de vigência do contrato, sem prejuízo da necessidade de alterações ou rescisão por parte da contratante, no regular exercício das cláusulas exorbitantes presentes nos contratos administrativos.



37. Uma Prefeitura realizou concurso, regido pela Lei nº 8.666/1993, para escolha do projeto do novo viaduto que pretende construir e integrar ao sistema viário local, como parte do programa de ampliação e modernização. Declarado o vencedor e concluída a licitação, de posse do novo projeto a Municipalidade pretende agora dar início à licitação, também regida pela Lei nº 8.666/1993, para contratação das obras, para as quais
- (A) será dispensada apresentação de orçamento com a composição de custos unitários, em razão desse aspecto já ter sido objeto da licitação anterior.
 - (B) caberá ao novo licitante vencedor a apresentação dos projetos básico e executivo necessários à construção do viaduto.
 - (C) será necessário obtenção pelo vencedor de financiamento no mercado para custear as obras, cabendo ao poder público o pagamento dos serviços quando da conclusão e entrega da mesma.
 - (D) não será necessário comprovar a existência de recursos orçamentário-financeiros, considerando que o pagamento pelo Poder Público só ocorrerá após a conclusão da obra.
 - (E) não poderá concorrer ou participar do certame o autor do projeto vencedor do concurso, posto que esta contratação envolveu a elaboração de projeto básico.
-
38. A realização de licitação pela modalidade pregão permitiu sensível ganho de tempo e economia para as contratações realizadas pelo Poder Público, inclusive porque
- (A) todos os licitantes concorrem e disputam o menor preço até o término da sessão de pregão, permitindo que o Poder Público logre êxito em adjudicar o objeto da licitação pelo menor custo possível.
 - (B) permitiu a contratação de objetos de diversas naturezas, independentemente do valor, tais como aquisição ou alienação de imóveis.
 - (C) o orçamento elaborado pela Administração não precisa ser parte integrante do edital de licitação, de forma que os licitantes não sabem qual o valor máximo que o contratante está autorizado a pagar.
 - (D) o pregoeiro não pode integrar os quadros da Administração pública, sendo este profissional obrigatoriamente contratado no mercado especificamente para essa finalidade, garantindo a impessoalidade da disputa.
 - (E) é permitido estabelecer quantidade mínima e máxima para a aquisição, não sendo obrigatório indicar quantitativo exato, possibilitando que a Administração pública celebre o contrato efetivamente nos moldes de sua necessidade.
-
39. As funções administrativas, típicas do Poder Executivo, conferem relevância ao trâmite dos processos administrativos, possuindo disciplina específica conforme o ente federado em questão, à exemplo da Lei nº 9.784/1999 que
- (A) se presta também a disciplinar o trâmite e o procedimento dos processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, visto que também exercem funções administrativas, de forma atípica.
 - (B) rege direitos e obrigações no âmbito dos processos administrativos federais que tramitam perante o Poder Executivo, não alcançando aqueles que se processam diante dos outros Poderes, que demandam regulação própria.
 - (C) impede a movimentação de ofício do processo administrativo sempre que o objeto do mesmo envolver, direta ou indiretamente, apuração de infração disciplinar.
 - (D) se destina a disciplinar o processo administrativo no âmbito da Administração direta federal, não alcançando a Administração indireta em razão da autonomia e independência dos entes que a integram.
 - (E) estabelece as garantias dos administrados, introduzindo princípios e direitos a serem observados nos processos administrativos, de forma a excluir quaisquer aspectos discricionários das decisões que venham a ser tomadas nos mesmos e assim garantir o adequado contraditório.
-
40. O exercício dos poderes inerentes à Administração pública, tal como o poder hierárquico, se expressa de diversas formas, a exemplo
- (A) da edição de atos administrativos, independentemente da natureza, pelos superiores dos agentes públicos originalmente competentes, e em substituição a estes.
 - (B) da edição de atos vinculados, que traduzem a atuação da Administração pública em sua vertente da hierarquia, considerando que esta autoriza apenas as condutas, atos e negócios expressamente previstos em lei.
 - (C) da competência dos agentes superiores, para apreciação dos recursos interpostos contra atos de seus subordinados, como decorrência da relação de hierarquia.
 - (D) do poder de rever diretamente os atos praticados pelos seus subordinados nos processos disciplinares em que atuam, considerando que em sede de infrações disciplinares, a autoridade superior pode suprir os atos inferiores não praticados.
 - (E) dos atos praticados pelos agentes públicos incumbidos da gestão da Administração pública, cuja tradução inclui a prática de atos não só pelos funcionários efetivos, mas por todos os demais administrados em geral.

**Noções de Administração**

41. Os estilos clássicos de liderança, baseadas nos estudos de Kurt Lewin, também denominados os Três de White e Lippitt correspondem às lideranças:
- (A) autocrática; democrática e liberal.
 - (B) carismática; autoritária e participativa.
 - (C) coercitiva; benevolente e consultiva.
 - (D) situacional; transacional e transformacional.
 - (E) diretiva; consultiva e apoiadora.
-
42. Suponha que determinada entidade integrante da Administração indireta tenha contratado uma consultoria para avaliar o nível de motivação da equipe e implementar técnicas para ampliar esse nível, com vistas à melhoria do desempenho corporativo. A consultoria optou por adotar os conceitos da Teoria do Reforço, baseada nos estudos de Skinner, o que significa, entre outros aspectos, que considera
- (A) a punição somente deve ser utilizada, como reforço, na impossibilidade de aplicação de indutores positivos, como promoções e premiações.
 - (B) o reforço positivo é a única intervenção capaz de motivar o funcionário, sendo o reforço negativo ineficaz para induzir uma reação.
 - (C) o reforço negativo não tem caráter punitivo, mas, ao contrário, consiste na remoção de um estímulo aversivo.
 - (D) o comportamento humano é pautado pela busca de satisfação de necessidades universais, entre as quais o reconhecimento ou reforço positivo.
 - (E) a motivação decorre, em grande medida, o medo da perda de benefícios e pode ser induzida pelo reforço desse risco.
-
43. Entre as diferentes metodologias de avaliação de desempenho consagradas e comumente utilizadas pelas organizações públicas e privadas, destaca-se a Participativa por Objetivos, que tem, entre suas características,
- (A) o estabelecimento consensual de objetivos entre gerentes e subordinados, com a adequada alocação de recursos para seu atingimento.
 - (B) a utilização de um formulário de dupla entrada, medindo o desempenho dos avaliados por meio de fatores previamente definidos e graduados, onde as linhas representam os fatores e as colunas o grau de avaliação.
 - (C) o monitoramento de todas as dimensões do comportamento do avaliado, internas e externas à organização.
 - (D) o recebimento, pelo avaliado, de *feedbacks* (retornos) não apenas de seus superiores mas também das demais pessoas com as quais se relaciona na organização.
 - (E) o mapeamento dos pontos fortes e fracos do avaliado e o estabelecimento de um programa global de aprimoramento de suas habilidades.
-
44. Suponha que em uma determinada equipe de trabalho tenha se instalado um conflito em face da necessidade de cortes no orçamento e conseqüente necessidade de redimensionamento de projeto e cargos dos seus integrantes. Nesse cenário, surgiu uma divisão entre dois grupos, cada qual preconizando uma solução diferente para o atingimento dos fins colimados. O gerente da equipe, para administrar o conflito instalado, pode lançar mão de uma negociação distributiva, que significa
- (A) decidir de acordo com a vontade da maioria, sem intervenção ou indução do gerente no processo decisório.
 - (B) uma solução denominada “ganha-ganha”, em que cada grupo cede um pouco e chega-se à uma alternativa intermediária.
 - (C) dividir o ônus da decisão entre todos os envolvidos, que passam a se responsabilizar pelos resultados obtidos.
 - (D) delegar a decisão a um terceiro externo à organização, que pode ser um mediador ou um árbitro.
 - (E) que haverá um lado vencedor e um lado perdedor, eis que não há possibilidade de expansão dos recursos disputados.
-
45. Suponha que uma determinada autarquia tenha sido incumbida da realização de um projeto governamental de grande relevância e caráter estratégico, que necessita ser concluído de acordo com o cronograma fixado. Temendo atrasos na execução do projeto, os dirigentes da autarquia decidiram utilizar uma das metodologias consagradas de gerenciamento de projetos, optando pela técnica PERT – Program Evaluation and Review Technique, que
- (A) definirá o caminho crítico do projeto, estabelecendo as atividades prioritárias que não poderão sofrer atrasos.
 - (B) utilizará a média ponderada de três estimativas de tempo das atividades: provável, pessimista e otimista.
 - (C) estabelecerá um diagrama de tarefas que compõe o projeto, com o monitoramento dos responsáveis por gestores externos.
 - (D) deverá fixar as datas-marco para cada etapa do projeto, utilizando o fluxograma de todos os envolvidos.
 - (E) deverá mapear os principais processos de trabalho envolvidos no projeto, através de uma matriz de riscos.



46. Cultura e clima organizacional são identificados sob diferentes aspectos pelos doutrinadores, sempre com ênfase na importância de ambos nas organizações. Um desses aspectos são os denominados “artefatos observáveis”, que dizem respeito
- (A) aos indicadores de percepção do clima organizacional, mensuráveis por pesquisas.
 - (B) ao clima psicológico dominante na organização.
 - (C) aos sistemas de reforço da cultura da organização.
 - (D) à camada mais superficial e visível da cultura da organização.
 - (E) ao nível profundo da cultura da organização, representado por seus valores.
-
47. Costuma-se apontar a tomada de decisão como o cerne da atividade do gestor e, nesse contexto, a doutrina identifica diferentes tipos de decisão entre as quais as denominadas decisões programadas, que
- (A) são aplicadas sem a participação do gestor, com a utilização da tecnologia da informação, sistemas e *softwares*.
 - (B) se contrapõem, pelo seu caráter racional, às decisões intuitivas, estas últimas também denominadas não-programadas.
 - (C) devem ser tomadas em período de tempo determinado, sob pena de se tornarem ineficazes.
 - (D) correspondem aos objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico da organização.
 - (E) fazem parte do acervo de soluções da organização, não demandando criação de novas alternativas.
-

Noções de Administração Financeira Orçamentária

48. Em 04/10/2017, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública emitiu empenho no valor de R\$ 3.000,00 referente à aquisição de material de expediente, sendo a despesa liquidada e paga em 09/10/2017. O material de expediente foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado na entidade pública para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a despesa orçamentária executada foi classificada
- (A) no grupo de natureza da despesa 30 – Material de Consumo.
 - (B) no elemento de despesa 52 – Equipamentos e Material Permanente.
 - (C) no elemento de despesa 30 – Material de Consumo.
 - (D) na modalidade de aplicação 30 – Material de Consumo.
 - (E) na modalidade de aplicação 52 – Equipamentos e Material Permanente.
-
49. Em 05/01/2017, um ente público promulgou e publicou dispositivo legal que compreendia, entre outros conteúdos, o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que detinha a maioria do capital social com direito a voto. Estes orçamentos foram apresentados com as funções de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988. O dispositivo legal promulgado e publicado corresponde
- (A) ao Plano Plurianual.
 - (B) ao Relatório de Gestão Fiscal.
 - (C) ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
 - (D) à Lei Orçamentária Anual.
 - (E) à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
-
50. Em 07/08/2017, um agente público, responsável pelo almoxarifado de uma determinada entidade pública, recebeu mercadorias adquiridas pela entidade. O agente, no momento do recebimento, confrontou as mercadorias recebidas com aquelas que estavam descritas na nota fiscal e assinou o comprovante de entrega das mercadorias pelo fornecedor. Desse modo, em 07/08/2017, as ações realizadas pelo agente público fazem parte da etapa da despesa orçamentária denominada
- (A) pagamento.
 - (B) inscrição.
 - (C) lançamento.
 - (D) liquidação.
 - (E) empenho.
-
51. Em 07/11/2016, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública emitiu empenho no valor de R\$ 10.000,00 referente à aquisição de 10 mesas. Em 25/11/2016, a despesa foi liquidada pelo valor de R\$ 8.000,00, uma vez que somente parte das mesas foram entregues, e em 01/12/2016 foi pago o valor de R\$ 3.000,00 referente ao empenho emitido em 07/11/2016. Assim, em 31/12/2016, foi inscrito em restos a pagar
- (A) processados o valor de R\$ 2.000,00.
 - (B) processados o valor de R\$ 5.000,00.
 - (C) processados o valor de R\$ 7.000,00.
 - (D) não processados o valor de R\$ 5.000,00.
 - (E) não processados o valor de R\$ 7.000,00.
-



52. De acordo com as determinações do Ementário da Natureza de Receita, as receitas orçamentárias classificadas quanto ao tipo em "Aluguéis e Arrendamentos – Principal" e "Tarifa Aeroportuária – Principal" pertencem, respectivamente, às seguintes categorias econômicas e origens:
- (A) Receita de Capital – Receita Patrimonial; Receita Corrente – Contribuições.
 - (B) Receita de Capital – Exploração do Patrimônio Imobiliário; Receita Corrente – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (C) Receita Corrente – Receita Patrimonial; Receita Corrente – Receita de Serviços.
 - (D) Receita Corrente – Exploração do Patrimônio Imobiliário; Receita de Capital – Receita de Serviços.
 - (E) Receita Corrente – Receita Patrimonial; Receita Corrente – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
-
53. Em 03/07/2017, o gestor de uma determinada entidade pública abriu crédito adicional no valor de R\$ 800.000,00 para a construção do estacionamento da entidade que estava prevista no Plano Plurianual, porém, não havia dotação orçamentária específica para a execução da despesa na Lei Orçamentária Anual ou em créditos adicionais abertos até 03/07/2017. Assim, de acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, para a construção do estacionamento foi aberto um crédito adicional
- (A) extraordinário.
 - (B) especial.
 - (C) extraorçamentário.
 - (D) complementar.
 - (E) suplementar.

Noções de Gestão de Pessoas

54. Vários termos são utilizados para definir as pessoas que trabalham nas organizações. Quando são denominadas de recursos humanos, são considerados
- (A) sujeitos passivos da ação organizacional.
 - (B) sujeitos ativos da ação organizacional.
 - (C) colaboradores engajados das organizações.
 - (D) fornecedores de competências.
 - (E) capital ativo intelectual das organizações.
-
55. A mudança organizacional é um aspecto essencial da criatividade e inovação nas empresas atualmente. A mudança significa a passagem de um estado para outro diferente. Ela constitui um processo composto de três etapas: descongelamento, mudança e recongelamento. No descongelamento temos
- (A) a fase intermediária da mudança. As pessoas começam a viver em dissonância cognitiva entre o novo e o velho costume.
 - (B) a etapa em que novas ideias e práticas são experimentadas. A adoção de novas crenças e atitudes são imediatamente instaladas.
 - (C) a morte simbólica da cultura organizacional presente e a instalação de novos símbolos para que as pessoas possam aderir ao novo modelo mental apagando qualquer vestígio do passado e definitivamente incorporando novos comportamentos.
 - (D) a fase inicial da mudança. Representa a abdicação ao padrão atual de comportamento para ser substituído por um novo padrão.
 - (E) a etapa final que representa a total estabilização da mudança.
-
56. O capital humano é composto de dois aspectos principais: talentos e contexto. O contexto é o ambiente interno adequado para que os talentos floresçam e cresçam, e é determinado por aspectos como
- (A) burocracia organizacional, processo decisório e tipo de negócio.
 - (B) arquitetura organizacional, cultura organizacional e estilo de gestão.
 - (C) coordenação centralizada, cargos individuais especializados e ambiente estável.
 - (D) padrões de comunicação, estrutura matricial e tipos de tarefa.
 - (E) descrições de cargo, processamento de informações e atividade intelectual.



57. O planejamento estratégico de gestão de pessoas deve ser parte integrante

- (A) do planejamento estratégico da organização.
- (B) do planejamento tático da organização.
- (C) dos movimentos do mercado concorrente.
- (D) das necessidades de mão de obra identificadas.
- (E) da prospecção de novos negócios.

58. Considere o questionário de avaliação de desempenho abaixo.

Fatores	Ótimo	Bom	Regular	Sofrível	Ruim
Produção (quantidade de trabalho realizada)	Sempre ultrapassa os padrões	À vezes ultrapassa os padrões	Satisfaz os padrões	Às vezes abaixo dos padrões	Sempre abaixo dos padrões
Qualidade (esmero no trabalho)	Excepcional qualidade no trabalho	Superior qualidade no trabalho	Qualidade satisfatória	Qualidade insatisfatória	Péssima qualidade no trabalho
Conhecimento do trabalho (perícia no trabalho)	Conhece todo o trabalho	Conhece mais do que o necessário	Conhece o suficiente	Conhece parte do trabalho	Conhece pouco o trabalho

É representativo do método de avaliação de desempenho

- (A) listas de verificação.
- (B) escolha forçada.
- (C) pesquisa de campo.
- (D) incidentes críticos.
- (E) escalas gráficas.

59. A avaliação 360° é feita de modo

- (A) horizontal por todos os colegas da equipe que possuem o mesmo cargo e trabalham com o avaliado.
- (B) ascendente por todos os gestores que mantêm contato próximo com o avaliado.
- (C) circular por todos os elementos que mantêm alguma forma de contato com o avaliado.
- (D) emparelhado por todos os clientes externos que mantêm alguma forma de contato com o avaliado.
- (E) conjunto por todos os membros do Comitê Executivo da organização formado pelos Diretores.

60. A técnica de treinamento através da qual o treinando se dedica a um trabalho integral para analisar e resolver problemas em certos projetos ou em outros departamentos, e que pode ser aplicada em conjunto com outras técnicas é denominada

- (A) treinamento *outdoor*.
- (B) simulação.
- (C) *coaching*.
- (D) estudo de caso.
- (E) aprendizagem prática.

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo X: 4. Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Prova Discursiva-Redação. 8. A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Em comparação com outros países, o Brasil investe pouco em pesquisa. Mesmo assim, a ciência brasileira foi capaz de criar uma grande exportadora de aviões, transformar o país na maior potência agrícola mundial e inventar o bioetanol, contribuindo para o crescimento autônomo da sociedade e da economia brasileira. Ciência é investimento.

(Adaptado de: GUANAES, Nizan. Ciência é Investimento. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

Para impulsionar o desenvolvimento tecnológico é necessário avançar nas relações entre universidades e empresas, e apoiar maciçamente investimentos em pesquisa e inovação. O financiamento contínuo e em montantes adequados é, portanto, indispensável.

(Adaptado de: GOMES, Paulo Alcantara. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com>)

Com base nas ideias expostas acima, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

Ciência e desenvolvimento

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	